

PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL - PCA

Professora:

Angelina Leonez

- ✓ Especialista em Gestão Pública e Licitações e Contratos;
- ✓ Pregoeira;
- ✓ Coordenadora – Geral de Licitações e Contratos Nacionais e Internacionais na AGU;
- ✓ Autora e conteudista (artigos e e-books);
- ✓ Facilitadora em curso na área de licitações e contratos.



As compras públicas representam

12,5% do PIB brasileiro



As contratações do Governo Federal,
somente em 2018, resultaram na
autuação de **102.635**
processos, no valor total
equivalente a **R\$ 47,7 bilhões.**



PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO

PLANEJAMENTO DAS
CONTRATAÇÕES



NECESSIDADE

PLANEJAMENTO
ORÇAMENTÁRIO

COMPRA PÚBLICA –
ATENDIMENTO À
NECESSIDADE/POLÍTICA
PÚBLICA

QUANTO CUSTA UMA LICITAÇÃO?



Fonte:

- Portal da Transparência do Governo Federal - Remuneração de servidores
- Índice de inflação imobiliário - IGMI-C
- Índice de Confiança de Serviços (ICS) - FGV
- Copel - Companhia Paranaense de Energia
- Imprensa Nacional - Presidência da República

IDENTIFICAÇÃO DOS CUSTOS ADMINISTRATIVOS DOS PROCESSOS DE COMPRAS NA ESTATAL EBSERH

Valor R\$ 27.448,31.

Documento	Prazo médio (dias)	Custo administrativo médio (R\$)
Estudo Técnico Preliminar – ETP	35,80	R\$ 5.486,36
Termo de Referência – TR	38,46	R\$ 5.915,80
Minuta de Edital de Licitação	20,70	R\$ 3.179,96
Parecer Jurídico	18,76	R\$ 1.729,58*
Sessão Pública (entre abertura e homologação)	36,21	R\$ 11.136,60
Total	149,93	R\$ 27.448,31

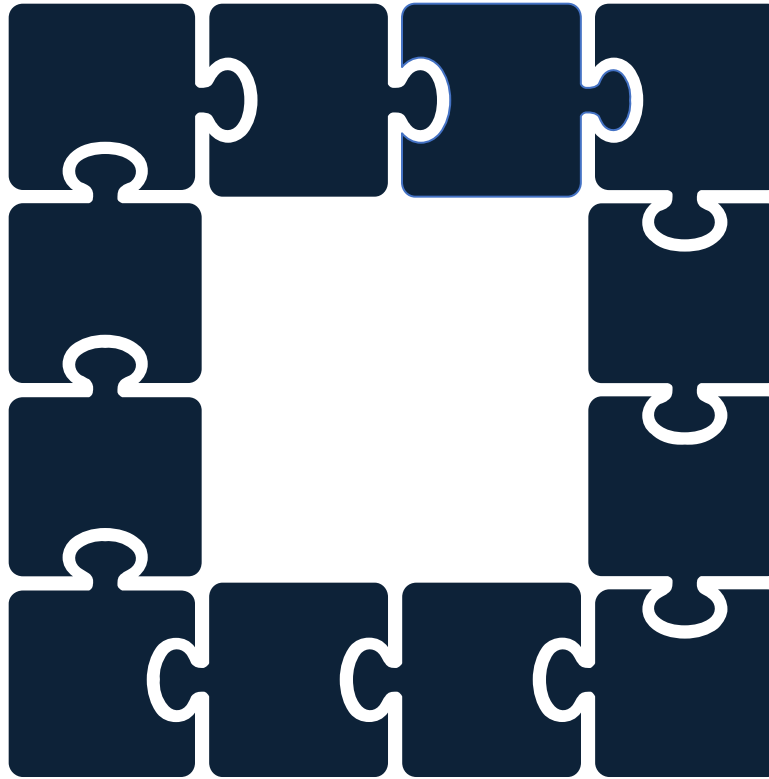
*Valor considerando a não incidência de custos nos processos que não foram objeto de análise jurídica

** Trabalho apresentado em **Abril/2020**, na ENAP, por Carlos Vinícius Motta.

O processo licitatório tem por objetivos (Art. 11 – Lei 14.133/21):

assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao **ciclo de vida do objeto**;

evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;



assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;

incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.

“o planejamento estratégico realizado no âmbito governamental é um conjunto de **referenciais teóricos, processos administrativos, aplicação de ferramentas e técnicas** organizacionais que objetivam definir uma visão de futuro de médio e longo prazo, bem como as principais instituições e processos que asseguram coerência e efetividade entre meios e fins para o seu alcance”

De Toni, 2021

NÍVEIS DE PLANEJAMENTO

MÉDIO

Responsável pela implementação das tarefas administrativas, coordenação e solução de conflitos na organização. Exige muita habilidade humana. Traduz os objetivos, as políticas e as estratégias em planejamentos específicos. É o elo de ligação entre o planejamento estratégico e o operacional.

LONGO

Responsável pelo estabelecimento de objetivos, políticas e estratégias organizacionais. Enfatiza a sobrevivência, o crescimento e a eficácia geral da organização. Exige pouca habilidade técnica e muita habilidade conceitual.

CURTO

Responsável diretamente pela produção de bens e serviços. Exige muita habilidade técnica, mas pouca habilidade conceitual.

EFICIÊNCIA - Custo

Fazer adequadamente

- Relacionar as necessidades prioritárias do Órgão;
- Custo benefício;
- Mínimo de perdas/desperdícios.

Cuidar dos Recursos

- Custo benefício;
- Mínimo de perdas/desperdícios.

Cumprir o dever

Utilizar
produtivamente os
recursos.

EFICÁCIA - Resultado

Fazer as coisas certas

**Capacidade de atingir
objetivos**

Maximizar os recursos

**Melhor
aproveitamento da
capacidade
operacional e
orçamentária**

Obter resultados

**Cumprir metas e
realizar o que foi
proposto**

EFETIVIDADE - Impacto

**Fazer corretamente o que
precisa fazer**

**Cumprir com a
finalidade definida
Basear-se nos pontos
fortes: das pessoas, da
organização, da
situação
(começam por aquilo
que podem fazer)**

**Mudança e
desenvolvimento**

**Transformar a
situação existente**

Resultados

**Relação entre a
produção o efeito, a
finalização, a
resolução do
problema, o
atendimento da
necessidade**

Alinhamento ao
Planejamento
Estratégico e às leis
orçamentárias



Eficiência,
Eficácia e
efetividade nas
contratações

4%

Das atividades
relevantes não eram
afetadas pelas
aquisições



Acórdão 2.622/2015 TCU – Plenário (Auditoria com 369
órgãos da Administração Pública Federal)



75%



A Alta administração se
responsabilizou de forma inadequada
pelos instrumentos de governança das
aquisições.

77,4%

Ausência de
monitoramento adequado
pela alta administração da
gestão das aquisições



46%

Executavam processo
de planejamento das
aquisições anual

27%

Dos planos
elaborados eram
publicados





3,5%

**Estavam em
estágio de
capacidade em
governança
aprimorada**

Planejamento

Adequado

Inadequado

Controle

Eficaz

Ineficaz

Execução

Satisfatória

Insatisfatória

Retorno

Eficiente

Falho

E o que é Governança?



DECRETO N° 9.203, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

Governança pública - conjunto de mecanismos de **liderança, estratégia e controle** postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade;

*São mecanismos para o exercício da governança pública (Art. 5º [DECRETO Nº 9.203, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017](#)):

I - liderança, que compreende conjunto de práticas de natureza humana ou comportamental exercida nos principais cargos das organizações, para assegurar a existência das condições mínimas para o exercício da boa governança (...)

II - **estratégia, que compreende a definição de diretrizes, objetivos, planos e ações**, além de critérios de priorização e alinhamento entre organizações e partes interessadas **para que os serviços e produtos de responsabilidade da organização alcancem o resultado pretendido; e**

III - **controle, que compreende processos estruturados para mitigar os possíveis riscos com vistas ao alcance dos objetivos institucionais e para garantir a execução ordenada, ética, econômica, eficiente e eficaz das atividades da organização, com preservação da legalidade e da economicidade no dispêndio de recursos públicos.**

PORTARIA SEGES/ME Nº 8.678, DE 19 DE JULHO DE 2021

Governança das contratações públicas: conjunto de mecanismos de **liderança, estratégia e controle** postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão das contratações públicas, visando a agregar valor ao negócio do órgão ou entidade, e contribuir para o alcance de seus objetivos, com riscos aceitáveis;

**Qual é a definição do
Plano de Contratações
Anual nesse contexto ?**



É um instrumento de governança por meio do qual o órgão planeja suas contratações* para o ano subsequente, objetivando, principalmente, uma racionalização das contratações e um alinhamento maior entre as contratações com o planejamento estratégico e o orçamento, auxiliando o gestor na tomada de decisão, visando o alcance dos objetivos do ente, com riscos aceitáveis.

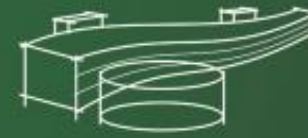
*expectativas – Inicialmente trata-se de registro das necessidades

**Será que o PCA
realmente não
deveria ser
obrigatório?**



DECRETO N° 10.947, DE 25 DE JANEIRO DE 2022

- Regulamenta o inciso VII do caput do art. 12 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o plano de contratações anual e instituir o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.



2º Simpósio de
Licitações e Contratos
da Justiça Federal

A integração como estratégia
de governança

ENUNCIADOS APROVADOS



JUSTIÇA FEDERAL
Conselho da Justiça Federal

Enunciado 44 CJF: A palavra "poderá" contida no art. 12, inciso VII, da Lei n. 14.133/2021, será entendida como poder/dever, não podendo a alta administração promover interpretação que conduza a ideia de não elaboração do Plano de Contratações Anual (PCA), em razão das diretrizes do Conselho Nacional de Justiça.

O QUE É LICITAÇÃO?



“(...)cumpre reputar a licitação como mecanismo pelo qual, a partir de revelação incentivada de informações, se busca o “equilíbrio” entre a busca dos interesses da Administração e a maximização das recompensas objetivas pelos licitantes.”



AMORIM, Victor: A fase de lances na Lei nº 14.133/2021 sob a perspectiva da “teoria dos leilões”: contributos para a “escolha” de modos de disputa tendo em vista a modelagem estabelecida na Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022. Disponível em: <https://www.novaleilicao.com.br/2022/11/30/a-fase-de-lances-na-lei-no-14-133-2021-sob-a-perspectiva-da-teoria-dos-leiloes/>

Tamanho de mochilas escolares entregues a alunos de creches por prefeitura na BA vira piada na internet

Prefeitura de Jequié, na região sudoeste, entregou utensílios que têm quase o mesmo tamanho de alunos da creche municipal.





NOTÍCIA

Máscaras distribuídas para alunos da rede pública em Manaus se tornam meme por serem grandes demais

O tamanho desproporcional das máscaras foi comparado às mochilas gigantes, distribuídas a estudantes da educação infantil, na cidade baiana de Jequié, em 2017

Por CORREIO

18:56 | 12/08/2020



(...) foi identificada uma norma elaborada no âmbito do Delog que pode ser considerada uma iniciativa para tratar a fragmentação das compras em geral, considerando todas as demandas. Trata-se da IN 1/2019-Seges/ME, que se refere à elaboração de um plano anual de contratações para todos os órgãos do SISG e permitirá, a partir de 2020, obter-se pela primeira vez uma visão sistêmica sobre todas as demandas de compras do Governo.

88. A implementação dessa IN trará diversas vantagens para o tratamento da fragmentação. Uma delas é visualizar e consolidar todas as contratações comuns aos diversos órgãos(...)

**Acórdão
1.524/2019
Plenário TCU**

1.1. Objetivo e escopo.

1. Trata-se de auditoria de natureza operacional (ANOP) realizada em conjunto pela Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog) e a Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefti) do TCU, em 72 organizações públicas federais, com o objetivo de avaliar se o Plano Anual de Contratações (PAC) e o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC) têm contribuído para o aperfeiçoamento do planejamento das contratações públicas, a fim de identificar oportunidades de melhoria na gestão e na implementação desse sistema, de forma a maximizar o alcance dos resultados pretendidos.

Acórdão
1.637/21
Plenário TCU



01

Baixo índice de
elaboração do PAC
pelas Unidade de
Administração de
Serviços Gerais
(UASG)



02

Valores claramente
superiores aos
valores de mercado -
cadastramento
meramente formal
no PAC

03

Fragilidades no
próprio PGC:
conectividade com os
demais sistemas e
usabilidade e
disponibilidade da
ferramenta

Resultados



23,6%

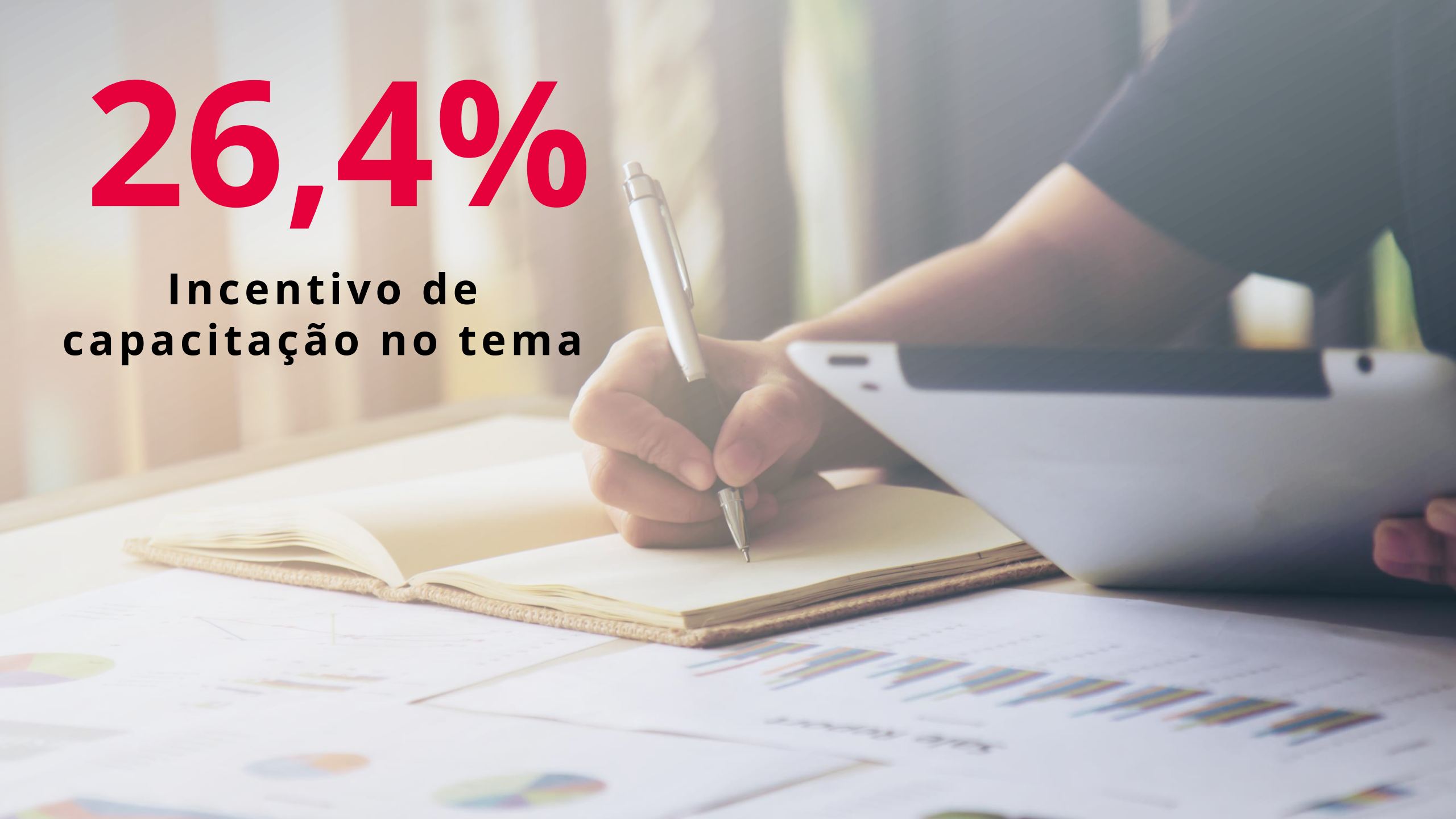
Possuem respaldo
para a criação de
comitê de
contratações

33,3%

Possuem respaldo ao
planejamento das
contratações pro meio
de aprovação de
normativos

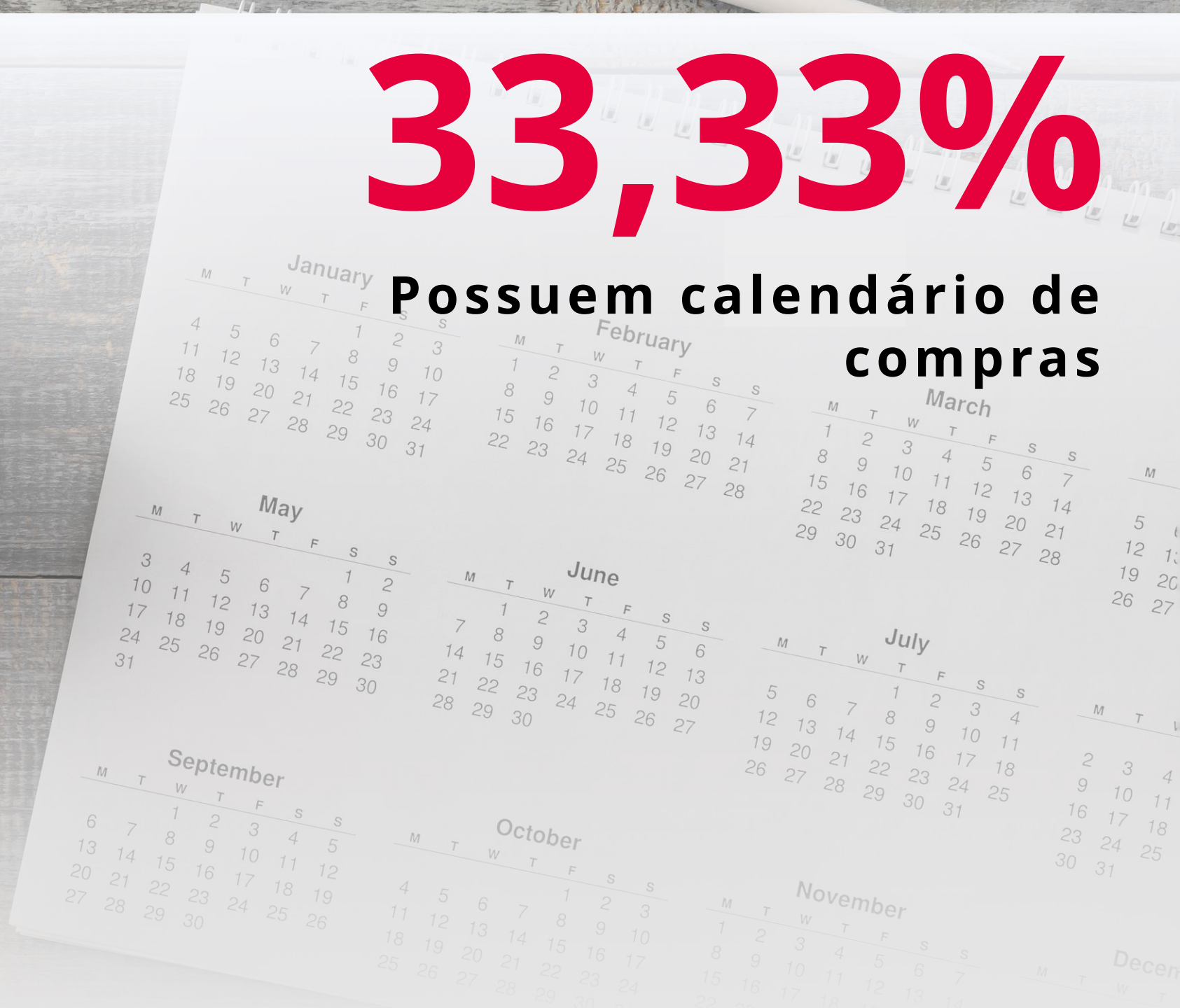
26,4%

**Incentivo de
capacitação no tema**



33,33%

Possuem calendário de compras



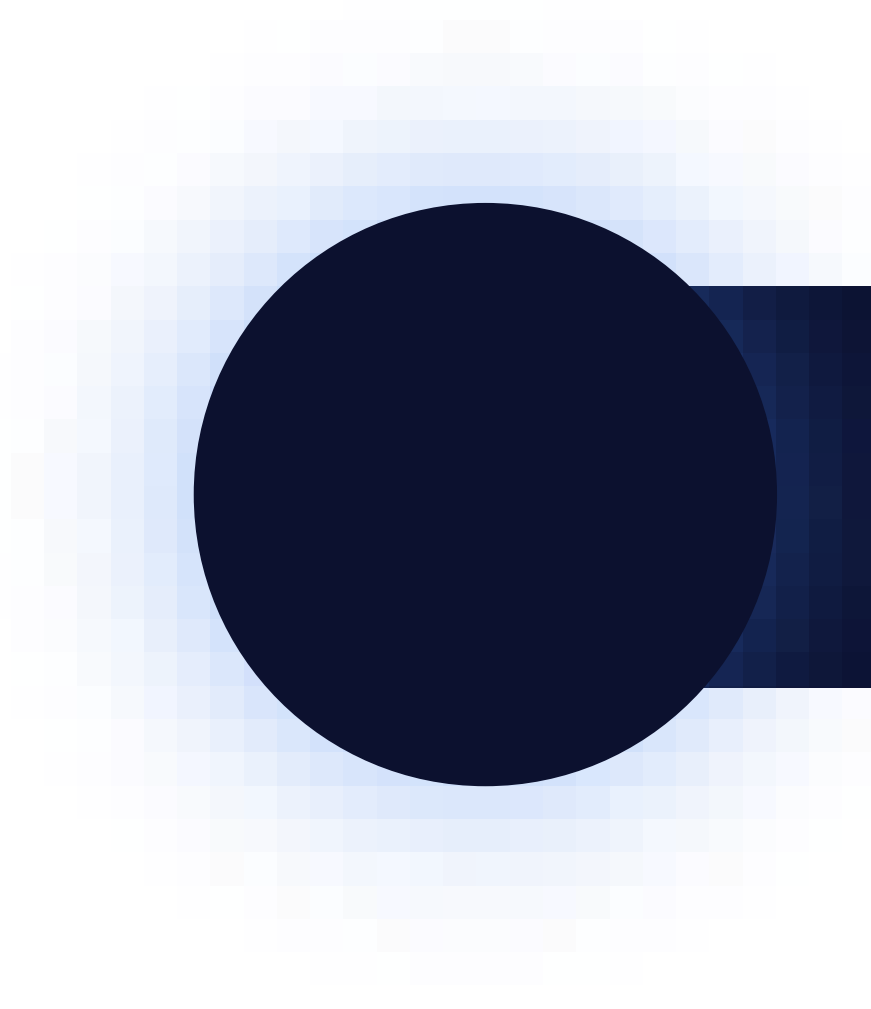


72,2%

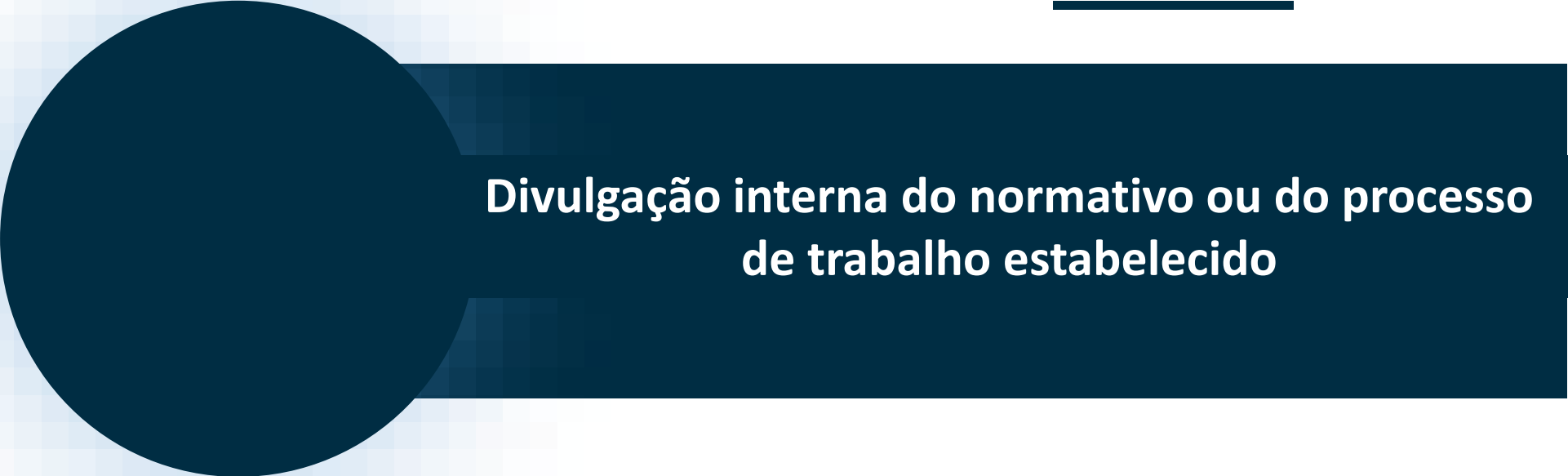
**Não possuem Plano de
Comunicação interno**



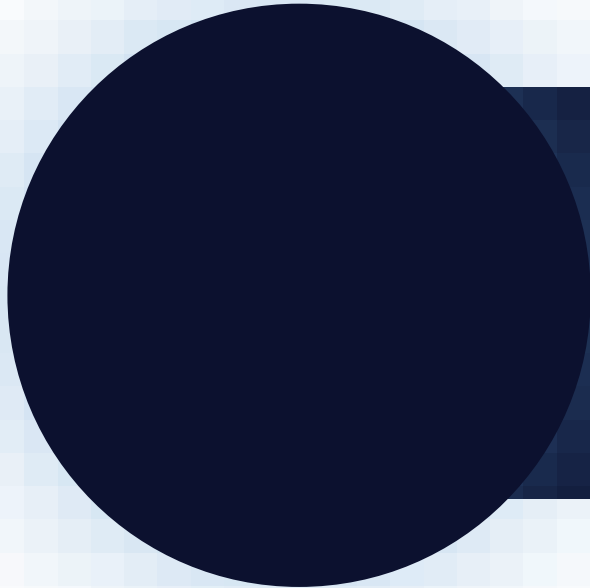
Estabelecimento de normativo interno



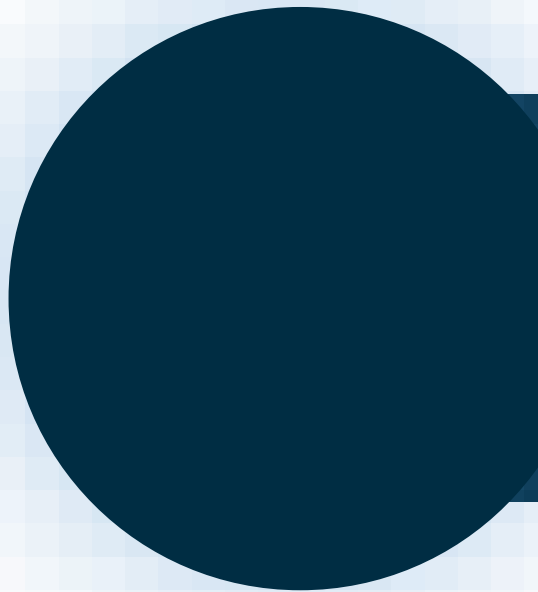
**Elaboração de manual detalhando
procedimentos internos relativos ao processo
de elaboração, aprovação, ajustes, publicação
e execução do PCA**




**Divulgação interna do normativo ou do processo
de trabalho estabelecido**



**Estabelecimento de um calendário de compras,
contendo a definição dos prazos de cada setor
para efetivação das contratações**



**Adoção de providências no tocante às áreas
requisitantes que não têm cumprido os prazos
estabelecidos para o início dos processos de
contratação**

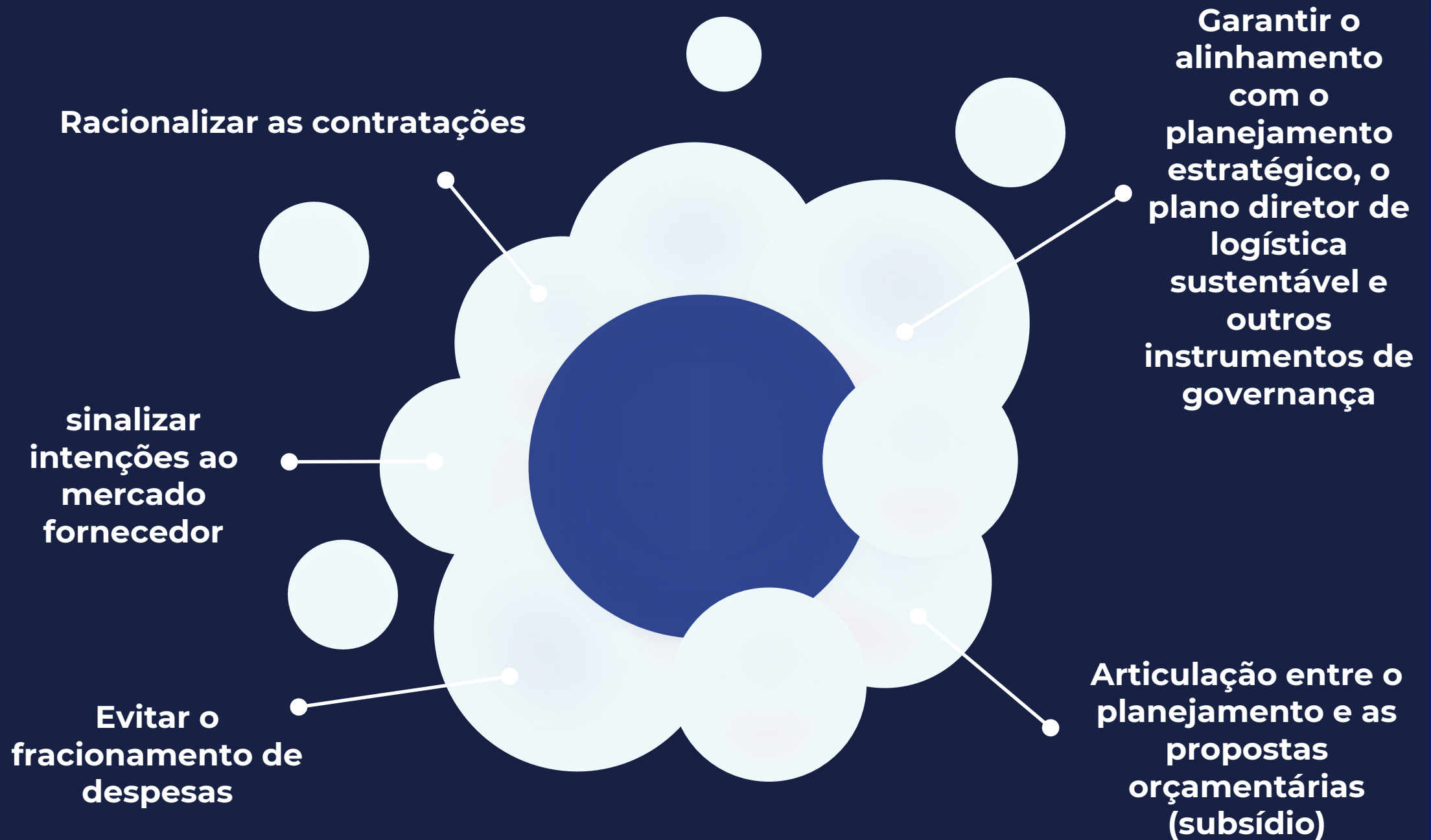


**Estabelecimento de plano de comunicação
interno para constante divulgação das etapas de
elaboração, aprovação e execução do PCA**

Objetivos do Plano de Contratações Anual

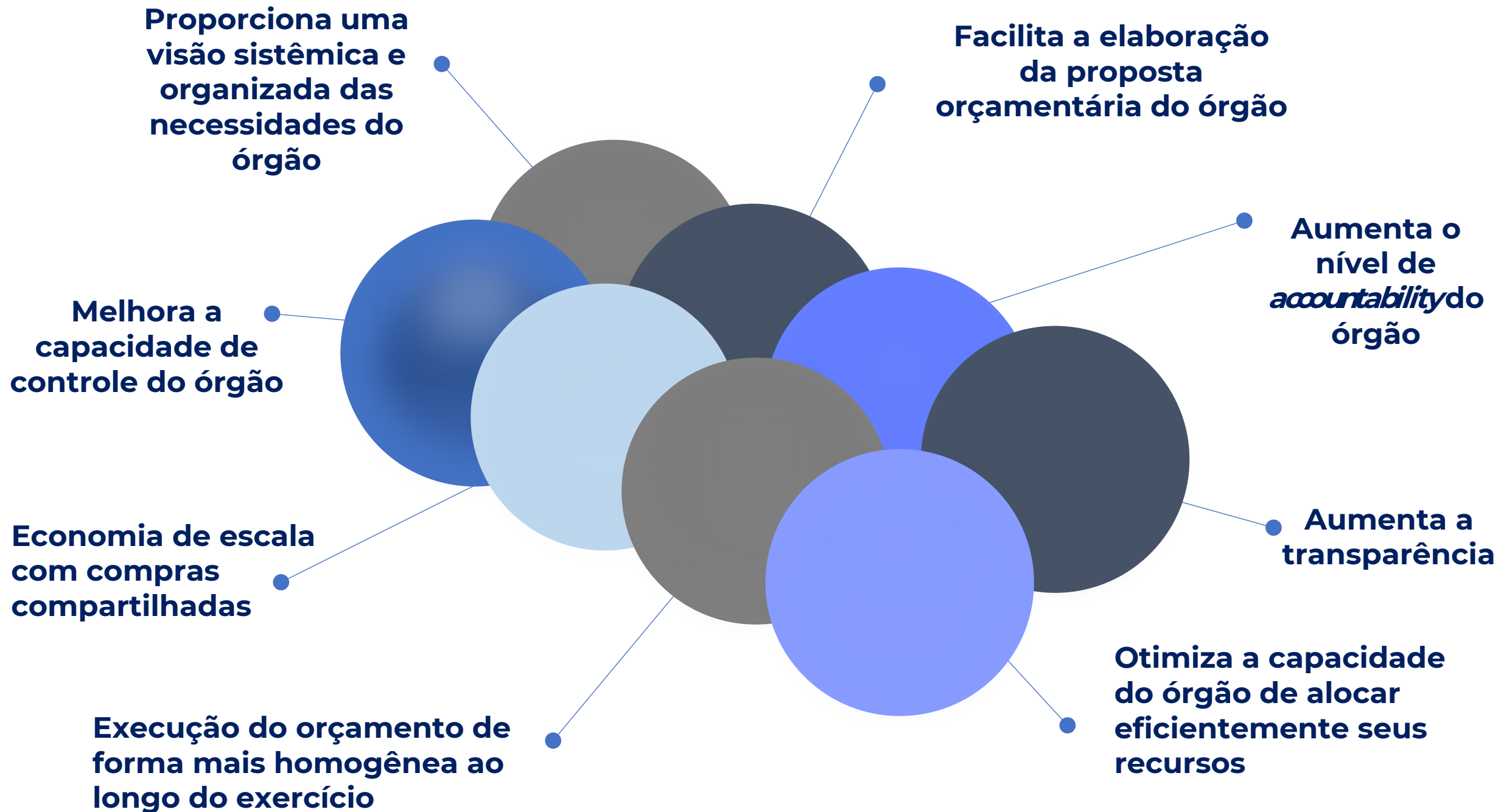
EXECUTIVO FEDERAL – Art. 5º Decreto
10.947/2022





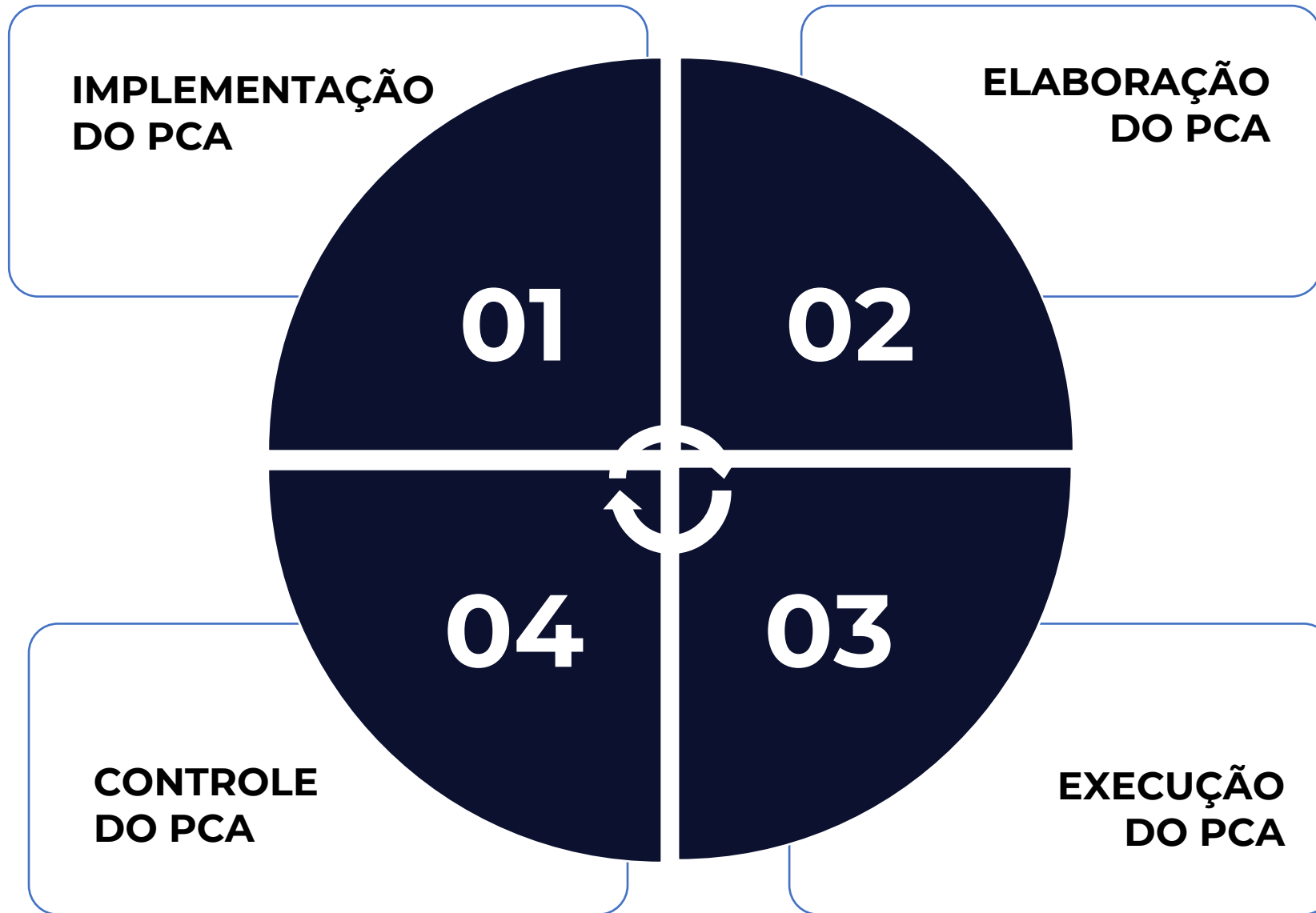
Benefícios com o Plano de Contratações Anual

opportunity



ETAPAS DO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL





RISCOS E DESAFIOS QUANTO AO PCA

```
graph TD; A["RISCOS E DESAFIOS  
QUANTO AO PCA"] --- B["Planejamento como  
peça fictícia"]; A --- C["Excesso de itens no  
PCA– “síndrome do  
shopping center”)]; A --- D["Falta de  
alinhamento entre  
os níveis  
hierárquicos"];
```

Planejamento como
peça fictícia

Excesso de itens no
PCA– “síndrome do
shopping center”)

Falta de
alinhamento entre
os níveis
hierárquicos

Portfolio



ANGELINA LEONEZ

E-BOOK PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O DECRETO
Nº 10.947/2022



GVP PARCERIAS
GOVERNAMENTAIS

COORDENAÇÃO: PAULO ALVES E ROGÉRIO CORRÊA

GOVERNANÇA DAS CONTRATAÇÕES

e seus instrumentos de implementação

Especialistas colaboradores:

Angelina Leoniz, Christianne de Carvalho Strappe,
Cláudio Sarian Altounian, Douglas Avedikian,
Havellyn Altines, Jander Leal dos Santos, Jonas Lima,
Lindeneide Oliveira Cardoso, Michele Ma Rocha,
Kivethila, Paulo Alves, Virginia Braccarone

PREFÁCIO DE

CLÁUDIO SARIAN ALTOUNIAN

NEGÓCIOS
PÚBLICOS
Editora

MAIO DE 2022
www.sollicita.com.br

sollicita

CARTILHA PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL 2022



Por:
Angelina Leoniz

NEGÓCIOS
PÚBLICOS



CONTEÚDO IMPERDÍVEL!



DISCUTINDO SOBRE
PLANEJAMENTO

>>>

Com a colunista Angelina Leoniz
Coletânea com os artigos de 2022!

<<<

sollicita

Obrigada!



[@angelinaleonez](#)



[Angelina Leonez](#)



linktr.ee/angelinasl



angelinaleonez@gmail.com

Reprodução Proibida sem autorização da autora.
Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.